



Ministério da Saúde
Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos

OFÍCIO Nº 1442/2023/ASPAR/MS

Brasília, 15 de setembro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor

Deputado Federal Luciano Bivar

Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados

Referência: Requerimento de Informação nº 1605/2023

Assunto: Informações a respeito da Nota Técnica nº 31/2023, do Ministério da Saúde.

Senhor Primeiro-Secretário,

1. Cumprimentando-o cordialmente, em atenção ao Ofício nº 258/2023, proveniente da Primeira Secretaria da Câmara dos Deputados, refiro-me ao **Requerimento de Informação nº 1605/2023**, de autoria da Senhora Deputada Federal Chris Tonietto (PL/RJ), por meio do qual são requisitadas informações a respeito da Nota Técnica nº 31/2023, do Ministério da Saúde.
2. Encaminho acostadas a este ofício as informações prestadas pelas áreas técnicas da Secretaria de Atenção Primária à Saúde - SAPS/MS (0034554526).
3. Desse modo, no âmbito do Ministério da Saúde, essas foram as informações exaradas pelo corpo técnico sobre o assunto.
4. Sem mais para o momento, este Ministério permanece à disposição para eventuais esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

NÍSIA TRINDADE LIMA

Ministra de Estado da Saúde



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoId=2344587>

Ofício 1442 (0036091607) - SEI-23000.079146/2023-11 / pg. 1

2344587



Documento assinado eletronicamente por **Nísia Verônica Trindade Lima, Ministra de Estado da Saúde**, em 11/10/2023, às 18:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0036051607** e o código CRC **2030101C**.

Referência: Processo nº 25000.079146/2023-11

SEI nº 0036051607

Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos - ASPAR
Esplanada dos Ministérios, Bloco G - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70058-900
Site - saude.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoId=2344587>



Ministério da Saúde
Secretaria de Atenção Primária à Saúde
Coordenação-Geral de Demandas de Órgãos Externos da Atenção Primária

DESPACHO

SAPS/CGOEX/SAPS/MS

Brasília, 05 de julho de 2023.

Assunto: Análise do Requerimento de Informação nº 1605/2023.

Trata-se do Despacho ASPAR (**0034027804**), que encaminha o **Requerimento de Informação nº 1605/2023**, de autoria da **Senhora Deputada CHRIS TONIETTO (PL/RJ)**, por meio do qual requisita a Senhora Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade Lima, informações acerca da **Nota Técnica nº 31/2023**, que trata da recomendação de realização de procedimentos de inserção e retirada do Dispositivo Intrauterino (DIU) por enfermeiros.

Nessa esteira, a Secretaria de Atenção Primária à Saúde, no âmbito das suas competências segundo o disposto no Decreto nº 11.358, de 01 de janeiro de 2023, que apresenta o compilado com as respostas dos questionamentos do Departamento de Gestão do Cuidado Integral - DGCI:

1. Considerando que a Nota Técnica em comento (31/2023-COSMU/CGACI/DGCI/SAPS/MS) revoga a recomendação anterior, estabelecida pela Nota Técnica nº 21/2021-DAPES/SAPS/MS, que previa a realização de procedimentos de inserção e de retirada do DIU apenas por médicos, há algum estudo que indique a perfeita segurança quando da sua realização por outros profissionais como, no caso, os enfermeiros? Se sim, em quais o Ministério da Saúde encontrou motivação?

A Nota Técnica nº 31/2023 foi construída com sólidas evidências científicas em relação à segurança nas inserções de dispositivo intrauterino (DIU) desde que realizadas por profissionais devidamente treinados, sejam eles médicos ou enfermeiros. A literatura científica recente não demonstra diferença entre os desfechos em relação à inserção de DIU por médicos ou enfermeiros, mas a segurança da paciente está diretamente condicionada ao treinamento realizado pelo profissional. O Ministério da Saúde se respaldou, além dos artigos já citados na Nota Técnica, nos seguintes artigos científicos:

OUYANG M, Peng K, Botfield JR, McGeechan K. Intrauterine contraceptive device training and outcomes for healthcare providers in developed countries: A systematic review. *PLoS One*. 2019 Jul 15;14(7):e0219746. doi: 10.1371/journal.pone.0219746. PMID: 31306443; PMCID: PMC6629157

KEMENY, Fiona & Digiusto, Erol & Bateson, Deborah. (2015). Insertion of intrauterine contraceptive devices by registered nurses in Australia. *Australian and New Zealand Journal of Obstetrics and Gynaecology*. 56. n/a-n/a. 10.1111/ajo.12427.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deputados.gov.br/2023/07/05/Despacho-CGOEX/SAPS-0034027804-2023-11-05-2344587>

Despacho CGOEX/SAPS-0034027804-2023-11-05-2344587 SET25000.079146/2023-11 / pg. 3

2344587

2. O Ministério da Saúde considerou estudos que argumentam de maneira contrária à recomendação? Quais são eles e quais os motivos de sua rejeição?

O Ministério da Saúde desconhece bibliografia científica atualizada, a partir de experiências nacionais e internacionais, que refutem os dados apresentados.

Faz-se necessário enfatizar que o respeito ao direito das mulheres à escolha informada do método contraceptivo que mais se adequa à sua realidade, e o acesso a este, ainda não é uma prática comum segundo a literatura científica, o que pode contribuir para o elevado número de gestações não planejadas no Brasil. Segundo dados da Pesquisa Nascer no Brasil, realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), no ano de 2012, as gestações não planejadas representam 55% das gravidezes no Brasil, enquanto no mundo elas seriam 40%^[1].

Ressalta-se a importância da garantia do acesso aos métodos contraceptivos, principalmente os reversíveis de longa duração, como o DIU, para a modificação deste cenário de saúde pública. Um dos impactos do elevado número de gestações não-desejadas é que parte destas se tornam abortos inseguros. De acordo com dados referentes à Pesquisa Nacional do Aborto de 2021, estima-se que ocorram 500 mil abortos anualmente no país, e aproximadamente metade das pessoas que declararam ter realizado um aborto (52%) interromperam a gravidez pela primeira vez na adolescência (com 19 anos ou menos)^[2]. Além da desinformação da população em geral a respeito do método, as mulheres ainda enfrentam dificuldades no acesso ao DIU no país, não somente por barreiras organizacionais, mas também pela falta de profissionais qualificados para este fim^[3].

3. A Nota Técnica de 2021 era motivada pela suposta necessidade de conferir maior segurança aos procedimentos referidos que, sendo invasivos, não estão isentos de riscos e complicações, a exemplo de perfurações e sangramentos. Como o Ministério da Saúde justifica o fator de flexibilização da recomendação atual?

O Ministério da Saúde se respalda para a construção da nova Nota Técnica nº 31/2023 sobre o tema, nas diversas pesquisas anteriormente citadas, e reforça que a literatura científica não demonstra diferença de desempenho entre enfermeiros(as) e médicos(as) nas inserções habituais de DIU, inclusive naquelas realizadas após eventos obstétricos (pós-parto e pós-aborto), pois o treinamento dos profissionais para este fim tende a resultar em sucesso nas inserções do dispositivo, além de ampliar o acesso das mulheres em suas escolhas contraceptivas^[4].

Considerando que a recomendação favorável ou contrária a qualquer prática na saúde baseia-se nas melhores evidências científicas disponíveis, as que estão disponíveis atualmente apontam para a ausência de diferença de complicações e sucesso das inserções de DIU a depender do tipo de profissional que o insere.

4. Quais estudos e levantamentos sustentam que tal flexibilização não prejudicará a segurança das pacientes?

Além dos citados nas últimas questões, destacamos os seguintes que sustentam a segurança das inserções e retiradas de DIU por profissionais enfermeiros e médicos, sem significativas reações desfavoráveis, desde que os profissionais tenham sido treinados para este fim:

BUHLING KJ, Zite NB, Lotke P, Black K; INTRA Writing Group. Worldwide use of intrauterine contraception: a review. *Contraception*. 2014 Mar;89(3):162-73. doi: 10.1016/j.contraception.2013.11.011. Epub 2013 Nov 25. PMID: 24369300.

ANDREWS GD, French K, Wilkinson CL. Appropriately trained nurses are competent at inserting intrauterine devices: an audit of clinical practice. *Eur J Contracept Reprod Health Care*. 1999 Mar;4(1):41-4. doi:

STARBIRD E, Norton M, Marcus R. *Investing in Family Planning: Key to Achieving the Sustainable Development Goals. Glob Health Sci Pract.* 2016 Jun 27;4(2):191-210. doi: 10.9745/GHSP-D-15-00374. PMID: 27353614; PMCID: PMC4982245.

5. Há algum estudo que demonstre que a demanda pelos procedimentos de inserção e retirada do DIU é tão excessiva que justifique a abrangência de profissionais indicados na Nota Técnica em comento? Qual?

Entre as diversas pesquisas citadas, destaca-se que as gestações no Brasil, em sua maioria, não foram planejadas (55% segundo a Pesquisa Nascer no Brasil)^[5]. As gestações não planejadas possuem consequências socioeconômicas e ambientais graves, o que resulta, também, em altos índices de mortalidade materna e neonatal.

O crescimento populacional desorganizado conduz à escassez e desigual locação de recursos, educação e acesso à contracepção, resultando em aumento de mortes de mulheres em partos e abortos inseguros, abandono dos filhos e empobrecimento das famílias, o que já é uma realidade no país. Além disso, mais de 500 mil abortos inseguros são realizados todos os anos no Brasil, como resultado de gestações indesejadas segundo a Pesquisa Nacional do Aborto de 2021. Todos estes foram citados na Nota Técnica nº 31/2023 para maior esclarecimento dos motivos pelos quais o Ministério da Saúde incentiva a ampliação do acesso aos métodos contraceptivos de longa-duração.

O Brasil ainda tem alta demanda de contracepção não-atendida^[6], o que reforça a necessidade de que profissionais atuem de maneira colaborativa nas estratégias de planejamento reprodutivo.

6. O Ministério da Saúde tem cumprido seu papel de informar às mulheres interessadas todos os riscos envolvidos tanto na colocação quanto na manutenção do dispositivo? São abordados os possíveis riscos de penetração do DIU na cavidade abdominal, perfuração do útero, dores e sangramentos, aumento do fluxo menstrual, ocorrência de cólicas severas, possibilidade de gravidez ectópica?

Entre os métodos contraceptivos distribuídos aos municípios pelo Ministério da Saúde, o dispositivo intrauterino com cobre (DIU T de Cobre 380 A) destaca-se por ser um método com alto potencial de eficácia, praticidade, segurança, de longa ação, reversível e não hormonal. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, entre as mulheres de 15 a 49 anos que menstruavam e que tinham sido sexualmente ativas nos últimos 12 meses, em relação aos métodos contraceptivos distribuídos aos estados pelo Ministério da Saúde, apenas 4,4% usavam o DIU. O número ainda é pequeno, já que no mundo o DIU é um dos métodos contraceptivos mais utilizados, alcançando 169 milhões de pessoas, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Ministério da Saúde tem o papel de estimular ações de educação permanente para que todas as pessoas possam ter adequado planejamento de sua vida reprodutiva, e caso queiram utilizar um método contraceptivo, escolham o que melhor se adequa às suas necessidades, e às questões de saúde, juntamente a um profissional de saúde.

Ressalta-se que é de responsabilidade da equipe de saúde informar os possíveis riscos e benefícios associados ao método para que a decisão sobre a escolha deste seja livre e informada. Os riscos associados à inserção, retirada e uso do DIU são raros, entretanto são explicitados através do Manual Técnico do Ministério da Saúde para Profissionais de Saúde sobre o DIU de COBRE TCu 380A^[7], que conta com informações técnicas e científicas em relação aos procedimentos necessários a serem realizados pelos profissionais nos casos que envolvem reações adversas.



7. Ademais, solicita que sejam anexados todos os materiais estudados pelo Ministério da Saúde para elaboração da Nota Técnica nº 31/2023 do Ministério da Saúde.

Enviamos em anexo (0034275870) os materiais citados, ressaltando que eles estão disponíveis online em periódicos científicos de amplo acesso.

Ante o exposto, restitua-se a **ASPAR/GM/MS**, para ciência e adoção das providências que entender pertinentes.

Atenciosamente,

NÉSIO FERNANDES
Secretário de Atenção Primária à Saúde



Documento assinado eletronicamente por **Nésio Fernandes de Medeiros Junior, Secretário(a) de Atenção Primária à Saúde**, em 07/07/2023, às 11:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0034554526** e o código CRC **87C4D113**.

Referência: Processo nº 25000.079146/2023-11

SEI nº 0034554526



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codArquivoTeor=2344587>

Despacho COEX/ASPAR 0034554026

SEI 25000.079146/2023-11 / pg. 6

2344587



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Primeira-Secretaria

Ofício 1ªSec/RI/E/nº 258

Brasília, 04 de setembro de 2023.

A Sua Excelência a Senhora
NÍSIA TRINDADE
Ministro de Estado da Saúde

Assunto: **Requerimento de Informação**

Senhora Ministra,

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, encaminho a Vossa Excelência cópia(s) do(s) seguinte(s) Requerimento(s) de Informação:

PROPOSIÇÃO	AUTOR
Requerimento de Informação nº 1.599/2023	Deputado Marangoni
Requerimento de Informação nº 1.605/2023	Deputada Chris Tonietto
Requerimento de Informação nº 1.606/2023	Deputado Maurício Carvalho
Requerimento de Informação nº 1.628/2023	Deputado Carlos Jordy
Requerimento de Informação nº 1.649/2023	Deputado General Girão
Requerimento de Informação nº 1.650/2023	Deputado Roberto Monteiro
Requerimento de Informação nº 1.651/2023	Deputado Roberto Monteiro
Requerimento de Informação nº 1.656/2023	Deputado Capitão Alberto Neto
Requerimento de Informação nº 1.678/2023	Comissão de Saúde
Requerimento de Informação nº 1.680/2023	Deputado Sóstenes Cavalcante
Requerimento de Informação nº 1.689/2023	Comissão Externa destinada a fiscalizar os rompimentos de barragens, em especial acompanhar a repactuação do acordo de Mariana e a reparação do crime de Brumadinho
Requerimento de Informação nº 1.694/2023	Deputado Alberto Mourão
Requerimento de Informação nº 1.713/2023	Deputado Zé Vitor
Requerimento de Informação nº 1.714/2023	Deputado Dr. Zacharias Calil
Requerimento de Informação nº 1.716/2023	Comissão de Minas e Energia
Requerimento de Informação nº 1.728/2023	Deputado Capitão Alberto Neto
Requerimento de Informação nº 1.732/2023	Deputado Capitão Alberto Neto
Requerimento de Informação nº 1.733/2023	Deputada Chris Tonietto
Requerimento de Informação nº 1.755/2023	Deputada Chris Tonietto
Requerimento de Informação nº 1.762/2023	Deputado Fred Linhares

- **NOTA: os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente.**

/DFO



Documento assinado por: Dep. LUCIANO BIVAR
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
O digital de segurança: 2023-UZVS-RFXA-TEBP-KWDI
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codigoAutenticacao=2344587>

Ofício 1ª Sec RI E nº 258 (0039793434)

SET 25000.079146/2023-11 / pg. 7

2344587



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Primeira-Secretaria

Ofício 1ªSec/RI/E/nº 258

Brasília, 04 de setembro de 2023.

Por oportuno, solicito, na eventualidade de a informação requerida ser de natureza sigilosa, seja enviada também cópia da decisão de classificação proferida pela autoridade competente, ou termo equivalente, contendo todos os elementos elencados no art. 28 da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), ou, caso se trate de outras hipóteses legais de sigilo, seja mencionado expressamente o dispositivo legal que fundamenta o sigilo. Em qualquer caso, solicito ainda que os documentos sigilosos estejam acondicionados em invólucro lacrado e rubricado, com indicação ostensiva do grau ou espécie de sigilo.

Atenciosamente,

Deputado LUCIANO BIVAR
Primeiro-Secretário

- NOTA: os Requerimentos de Informação, quando de autorias diferentes, devem ser respondidos separadamente.

/DFO



Documento assinado por: Dep. LUCIANO BIVAR
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
Código digital de segurança: 2023-UZVS-RFXA-TEBP-KWDI
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codigoAutenticacao=2344587>



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **CHRIS TONETTO** – PL/RJ

Apresentação: 06/06/2023 16:52:40.823 - MESA

RIC n.1605/2023

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2023 (Da Sra. Deputada **CHRIS TONETTO**)

Solicita informações à Senhora Ministra da Saúde, Nísia Trindade Lima, a respeito da Nota Técnica nº 31/2023, do Ministério da Saúde.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam solicitadas informações à Senhora Ministra da Saúde, Nísia Trindade Lima, a respeito da Nota Técnica nº 31/2023, do Ministério da Saúde.

Considerando que a referida Nota Técnica trata da recomendação de realização de procedimentos de inserção e retirada do Dispositivo Intrauterino (DIU) por enfermeiros, questiona-se o que segue:

- 1) Considerando que a Nota Técnica em comento (31/2023-COSMU/CGACI/DGCI/SAPS/MS) revoga a recomendação anterior, estabelecida pela Nota Técnica nº 21/2021-DAPES/SAPS/MS, que previa a realização de procedimentos de inserção e de retirada do DIU apenas por médicos, há algum estudo que indique a perfeita segurança quando da sua realização por outros profissionais como, no caso, os enfermeiros? Se sim, em quais o Ministério da Saúde encontrou motivação?
- 2) O Ministério da Saúde considerou estudos que argumentam de maneira contrária à recomendação? Quais são eles e quais os motivos de sua rejeição?
- 3) A Nota Técnica de 2021 era motivada pela suposta necessidade de conferir maior segurança aos procedimentos referidos que, sendo invasivos, não estão isentos de riscos e complicações, a exemplo de perfurações e sangramentos. Como o Ministério da Saúde justifica o fator de flexibilização da recomendação atual?
- 4) Quais estudos e levantamentos sustentam que tal flexibilização não prejudicará a segurança das pacientes?
- 5) Há algum estudo que demonstre que a demanda pelos procedimentos de inserção e retirada do DIU é tão excessiva que justifique a abrangência de profissionais indicados na Nota Técnica em comento? Qual?





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **CHRIS TONIETTO** – PL/RJ

Apresentação: 06/06/2023 16:52:40.823 - MESA

RIC n.1605/2023

- 6) O Ministério da Saúde tem cumprido seu papel de informar às mulheres interessadas todos os riscos envolvidos tanto na colocação quanto na manutenção do dispositivo? São abordados os possíveis riscos de penetração do DIU na cavidade abdominal, perfuração do útero, dores e sangramentos, aumento do fluxo menstrual, ocorrência de cólicas severas, possibilidade de gravidez ectópica?
- 7) Ademais, solicita que sejam anexados todos os materiais estudados pelo Ministério da Saúde para elaboração da Nota Técnica nº 31/2023 do Ministério da Saúde.

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, o Ministério da Saúde, revogando a Nota Técnica nº 21/2021-DAPES/SAPS/MS, publicou a Nota Técnica nº 31/2023-COSMU/CGACI/DGCI/SAPS/MS, que trata da ampliação da possibilidade de realização de procedimentos relativos à inserção e à retirada de Dispositivo Intrauterino (DIU). Antes, recomendava-se que apenas médicos deveriam exercer essa técnica. Contudo, a recomendação objeto deste Requerimento prevê que também enfermeiros podem se habilitar para tal feito.

Em 2021, o Ministério da Saúde justificou a restrição pela possibilidade de tais procedimentos, dada sua natureza invasiva e não isenta de riscos e complicações, ocasionarem, por exemplo: *perfuração da cavidade uterina, sangramento, perfuração da bexiga, lesão de alças intestinais e reação vaginal*¹. Por isso, recomendou pela necessidade de que o profissional de saúde não apenas tenha o domínio suficiente da técnica referida, mas também do diagnóstico e tratamento das possíveis complicações.

Entretanto, sem apresentar suficientes dados científicos, mas reivindicações de classe profissional e leituras de natureza sociológica, a atual Nota Técnica do Ministério da Saúde ignorou os fundamentos relativos à suposta segurança dos procedimentos, que foram levantados pelo Governo Federal anterior, revogando-os. Como resultado, verifica-se uma submissão da população a fatores que põem em risco a sua saúde e segurança.

Dentre os argumentos levantados pelo Ministério da Saúde, encontra-se a suposta necessidade de extensão e massificação do acesso ao DIU pelas mulheres brasileiras, em especial aquelas em situação de vulnerabilidade social. Entretanto, é preciso questionar tal motivação, pois ela aparentemente considera somente o fator social, desprezando argumentos robustos de ordem técnica e médico-científica.

1 Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2021-1/outubro/ministerio-da-saude-recomenda-que-insercao-do-diu-no-sus-seja-realizada-por-medicos> Acesso em: 5 jun. 23.



234
* C D 2 3 1 7 3 7 1 0 4 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **CHRIS TONETTO** – PL/RJ

Apresentação: 06/06/2023 16:52:40.823 - MESA

RIC n.1605/2023

Portanto, faz-se necessário questionar o Ministério da Saúde acerca dos estudos realizados para a elaboração da Nota Técnica nº 31/2023 e das motivações que levaram a flexibilizar o manejo das técnicas relacionadas ao DIU.

Sala das Sessões, 6 de junho de 2023.

Deputada **CHRIS TONETTO**
PL/RJ

